

Capítulo VI

Classe e cultura em cidades brasileiras

Ruben George Oliven

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEN, RG. *Urbanização e mudança social no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. Classe e cultura em cidades brasileiras. pp. 101-129. ISBN 978-85-7982-001-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo VI

Classe e Cultura em Cidades Brasileiras*

I

A escassez de estudos a respeito de como as diferenças de classe em cidades latino-americanas se refletem no nível cultural tem sido deplorada por vários cientistas sociais. Já em 1955 Wagley e Harris assinalavam que “podemos fazer pouco além de especular a respeito da subcultura a ser encontrada nos grandes centros metropolitanos da América Latina”¹. Quatro anos mais tarde Florestan Fernandes, referindo-se a São Paulo, dizia que “faltam-nos dados positivos a respeito de todas as coisas essenciais na vida de uma metrópole”². E em 1968 Willems afirmava que em relação a cidades latino-americanas “muito poucos estudos de classe de fato correspondem ao que antropólogos consideram uma investigação descritiva ou analítica de subculturas”³.

Com exceção de alguns estudos fragmentados que geralmente se concentram em aspectos isolados e/ou somente numa classe social,

* Tradução do artigo “Culture Rules O.K.: Class and Culture in Brazilian Cities” publicado originalmente na revista *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 3, 1979 (Edward Arnold Publishers, 41 Bedford Square, London WC1B, Inglaterra). Uma versão resumida deste trabalho foi apresentada no simpósio sobre “Administração, Problemas Urbanos e Participação Social” realizado em julho de 1978 em São Paulo na 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência sob o patrocínio da Associação de Sociólogos do Estado de São Paulo e da Fundação Getúlio Vargas e foi publicada na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 8, fevereiro de 1979.

¹ Wagley, Charles, e Harris, Marvin. “A Typology of Latin American Subcultures”, in *American Anthropologist*, vol. 57, n. 3, 1955, p. 55.

² Fernandes, Florestan. “O Homem e a Cidade-Metrópole”. in *Educação e Ciências Sociais*, vol. 5, n. 11, 1959, p. 24.

³ Willems, Emilio. “Urban Classes and Acculturation in Latin America”, in Eddy, Elizabeth M. (ed.). *Urban Anthropology. Research Perspectives and Strategies*. Athens, University of Georgia Press, 1968. p. 75.

pouco progresso tem sido alcançado no sentido de fomentar este tipo de pesquisa. Além das dificuldades metodológicas envolvidas em analisar a relação entre classe e cultura em cidades latino-americanas, poder-se-ia sugerir que existem pelo menos duas importantes razões para a escassez de estudos nesta área.

A primeira tem a ver com o que exatamente é entendido pelo conceito de cultura. Antropólogos ao estudarem sociedades mais simples tendem frequentemente a equiparar a noção de sociedade e de cultura e usar o último termo no lugar do primeiro. Ele abarcaria então o conjunto de todas as atividades sociais e econômicas, as representações simbólicas bem como os objetivos materiais do grupo sob consideração. Mas embora este tipo de enfoque possa ser adequado para sociedades simples, em sociedades mais complexas distinções devem ser traçadas entre diferentes esferas tais como a econômica, a política, a cultural, etc. Embora estas esferas sejam inter-relacionadas, constituindo-se, portanto, um equívoco tratá-las como entidades isoladas, elas têm não obstante um certo grau de autonomia, nem que seja apenas para fins de pesquisa.

Cabe então perguntar: o que exatamente é entendido pelo conceito de cultura? Uma vez que existem tantas definições de cultura, o conceito necessariamente tem de parecer vago e um tanto enganoso. Ele pode incluir qualquer coisa desde as obras de Shakespeare até o modo como membros de uma tribo tecem seus cestos. O número de itens e questões que podem ser incluídos nele é tão amplo que poder-se-ia quase concordar que cultura é tudo que é feito por seres humanos. Isto, é lógico, não nos levaria muito longe e a não ser que se especifique em que aspectos da cultura estamos interessados, toda a área de aspectos culturais de cidades latino-americanas está fadada a parecer um pântano do qual poucos cientistas sociais gostariam de se aproximar.

A segunda e talvez principal razão para a escassez de estudos nesta área tem a ver com uma perspectiva teórica. O fato de que um grande número de cientistas sociais da América Latina tenham com razão rejeitado teorias culturalistas e psicossociais para interpretar o subdesenvolvimento deste continente levou compreensível mas também infelizmente a maioria deles a abandonar o estudo de

questões culturais. Assim a rejeição do culturalismo como uma fonte legítima de explicação do subdesenvolvimento também levou à rejeição da cultura com um campo de estudo legítimo, num processo em que por assim dizer o bebê foi jogado fora junto com a água do banho.

Por maior que seja a relevância destas duas razões, elas não significam, é claro, que não se possa tentar empreender estudos culturais específicos, nem que uma análise científica da cultura não possa ser realizada.

Em relação a segunda razão sugerida, pode-se argumentar que existe um rico campo a ser explorado em estudar como o sistema de classe é justificado e mediado através da cultura. Embora existam vários estudos que tentam estabelecer as relações entre a esfera econômica e política em sociedades latino-americanas, buscando mostrar como a dominação econômica é traduzida em termos políticos, existem muito poucos estudos que tentam analisar como a dominação de classe é refletida e mediada através da cultura. Isto é essencial para compreender o mecanismo de reprodução e legitimação do sistema de dominação em países em desenvolvimento. Estes estudos poderiam mostrar em profundidade como a hegemonia cultural tende a se institucionalizar pelas diferentes classes sociais da sociedade e assim ajudar a explicar como a última consegue perpetuar-se.

Entretanto, a fim de tentar delinear o que este tipo de estudo envolveria, é necessário retornar à primeira razão sugerida como responsável pela escassez de estudos nesta área, ou seja, especificar em que aspectos culturais estamos interessados.

Poder-se-ia sugerir que entre os vários aspectos relevantes envolvidos na relação entre cultura e classe está aquele que poderia ser chamado o estudo das *práticas e orientações culturais* de diferentes classes sociais. Em outras palavras, dada uma sociedade com desigualdades sociais, como são estas refletidas e mediadas pela vivência de diferentes classes sociais e como são interpretadas (isto é, aceitas ou resistidas) por elas?

O estudo de práticas e orientações culturais de diferentes classes sociais poderia abarcar os seguintes aspectos:

1) O que é vagamente chamado de *modos de vida* (ou, às vezes, de estilos de vida) de diferentes estratos sociais. Isto envolve o estudo de práticas sociais, isto é, de padrões de comportamento, normas e estratégias de operar o sistema (o que é frequentemente chamado de subculturas).

2) Os *sistemas de significados* (também chamados de orientações de valores) de diferentes estratos sociais. Isto envolve o estudo de diferentes perspectivas sociais e concepções de vida, e modos de interpretar e representar a ordem social.

Estes dois aspectos obviamente não esgotam o raio de abrangência da cultura e seria portanto útil examinar a contribuição de outros aspectos a fim de analisar diferenças de classes como mediadas através da cultura, tais como, por exemplo, manifestações artísticas, meios de comunicação, pensamento científico e acadêmico, ideologias oficiais, contra-ideologias, etc. Mas o estudo destes dois aspectos nos fornece elementos para analisar as atitudes de diferentes classes sociais em relação à ordem social, como definida e justificada pelas ideologias dominantes, e seus diferentes modos de enfrentar situações do dia-a-dia.

II

A análise das práticas e orientações de diferentes classes sociais envolve a discussão a respeito da relação entre classe e cultura. Esta é uma área que é permeada por divergências a respeito de se todas as classes sociais compartilham ou não aquilo que Williams — ao discutir a relação entre hegemonia e cultura — chamou de “o sistema central de práticas, significados e valores, que nós podemos apropriadamente chamar de dominante e efetivo”⁴.

⁴ Williams, Raymond. “Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory”, in *New Left Review*, n. 82, 1973. p. 9.

Uma perspectiva teórica postula que os principais valores de sociedade são compartilhados por todas as classes sociais, embora com diferentes graus de comprometimento. Outra perspectiva argumenta que, ao contrário, existe uma forte variação de valores entre classes, não existindo uma ordem moral unificada⁵.

Em relação a sociedades avançadas, Parkin argumentou com discernimento que em vez de aceitar um destes modelos, dever-se-ia “abordar esta complexa questão encarando a ordem normativa como uma série de sistemas de significados concorrentes”⁶. Ele, por conseguinte, apontou três destes sistemas com os quais poder-se-ia tentar entender as respostas e atitudes em relação à desigualdade por parte das classes subordinadas: a) o sistema de valores predominante que promove o endossamento da desigualdade em termos diferenciais ou aspiracionais; b) o sistema de valores subordinado que promove respostas acomodativas à desigualdade; e c) o sistema de valores radical que promove uma interpretação de oposição da desigualdade de classe através de partidos políticos de massa baseados na classe trabalhadora⁷.

As proposições de Parkin tem como alvo as sociedades avançadas, muitas das quais acharam modos de incorporar as classes trabalhadoras ao sistema econômico, social e cultural. A situação na América Latina é, entretanto, bastante diferente e talvez mais do que falar em incorporação dever-se-ia falar de exclusão das classes subalternas. Isto aparece com clareza em um penetrante artigo de Roberto Schwarz sobre a cultura e a política no Brasil durante o período 1964-1969. No seu final, o autor comenta dramaticamente: “Falamos longamente da cultura brasileira. Entretanto, com regularidade e amplitude, ela não atingirá 50.000 pessoas, num país de 90 milhões”⁸.

⁵ Parkin, Frank. *Class Inequality and Political Order. Social Stratification in Capitalist and Communist Societies*. Frogmore, Paladin, 1975, p. 79.

⁶ Id., *ibid.*, p. 81.

⁷ Id., *ibid.*, p. 81-82.

⁸ Schwarz, Roberto. “Cultura e política, 1964-1969”, in *O Pai de Família*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 91.

O autor daquele artigo estava se referindo principalmente a expressões artísticas tais como teatro, cinema, literatura e música mas o seu argumento é extremamente importante na medida em que sugere com clareza que devem existir várias outras formas através das quais a vida é percebida e culturalmente representada pelos restantes 99,95% da população brasileira.

Existe, entretanto, um perigo de enfatizar exageradamente a exclusão das classes subordinadas urbanas da América Latina. É verdade, evidentemente, que elas não participam da maioria das atividades da “alta cultura” das cidades e que não têm acesso aos recursos e bens econômicos existentes. Mas como são necessários à e parte da economia urbana, elas são — pelo menos em certa medida — economicamente “incorporadas”, embora de um modo extremamente peculiar e espoliado.

É exatamente esta forma espoliada de sua participação na economia urbana que torna muito importante estudar como em sociedades de diferenças de classes tão pronunciadas o sistema ideológico que tenta justificar estas diferenças é aceito ou resistido pelas classes baixas.

Ao passo que pouco é conhecido a respeito das estratégias e representações culturais das classes baixas, a expressão cultural das classes altas é relativamente bem documentada em alguns países latino-americanos como, por exemplo, o Brasil⁹. Historicamente elas têm tendido a aceitar e imitar as formas de pensamento e modos de vida que originaram na Europa e mais tarde nos Estados Unidos. Estes comportamentos e valores estão especialmente presentes nas cidades latino-americanas:

A cultura do capitalismo euro-norte-americano proporciona às classes superiores, médias e populares das grandes cidades, em graus e matizes variáveis, o conteúdo e o marco de seus pensamentos e de suas ações. Elas captam e incorporam formas de produção e distribuição, técnicas, inventos, imagens, símbolos, pautas de

⁹ Ver, entre outros, Mota, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Mica, 1977, e Schwarz, Roberto. “As Ideias Fora do Lugar”, in *Estudos CEBRAP*, n. 3, 1973.

consumo, modas, costumes, ideias, métodos educativos, tábuas de valores, normas, instituições, soluções sociais e políticas¹⁰.

Kaplan também assinalou a distância que existe entre as classes sociais em relação às suas perspectivas culturais pelas quais as classes altas crescentemente se identificam com padrões estrangeiros aos quais as classes baixas não têm pleno acesso¹¹. Isto traz à baila a questão de que em sociedades dependentes a cultura — pelo menos a da elite e em alto grau também a das massas sujeitas à influência dos meios de comunicação — também é dependente.

Neste sentido Ianni fala de uma “cultura de dependência” como se aplicando às “formas de pensamento que conformam uma visão de mundo dominante no país subordinado à visão de mundo no país-metrópole”¹². Mas ele adverte sobre o perigo de se acreditar que esta cultura de dependência possa ser superada ou modificada ao se opor sociedades metropolitanas a sociedades dependentes, já que este procedimento esquece as diferenças de classe internas dos últimos:

... a crítica da cultura de dependência — quando toma a perspectiva do Estado-Nação, toma como homogêneo o que é essencialmente diversificado, heterogêneo. Mais ainda, ela toma como homogêneo o que está cheio de antagonismos. A cultura nacional é, por definição, a composição de várias subculturas do capitalismo. Ou melhor, a cultura burguesa dominante não se reproduz totalmente na cultura do proletariado industrial ou agrícola. Apesar de ser dominante, ela não contém a outra¹³.

Uma crítica semelhante foi desenvolvida por Vasconi¹⁴. Ele argumentou que a maior parte dos autores que tentaram analisar a dependência cultural da América Latina operam com a seguinte

¹⁰ Kaplan, Marcos. “La Ciudad Latinoamericana como Factor de Poder Socioeconómico y Político hacia el Exterior durante el Período Contemporáneo in Scheingart, Martha (comp.). *Urbanización y Dependencia en América Latina*. Buenos Aires, Ediciones S.I.A.P., 1973, p. 163-164.

¹¹ Id., *ibid.*, p. 164.

¹² Ianni, Octavio. “La Sociología de la Dependencia en América Latina”, in *Revista Paraguaya de Sociología*, vol. 8, n. 21, 1971, p. 23.

¹³ Id., *ibid.*, p. 25.

¹⁴ Vasconi, Tomas Amadeo. “Cultura, ideología, dependencia y alienación”, in *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 30, n. 4, 1968, p. 824.

lógica: eles observam que a cultura, as ideologias e os valores dos países dependentes que são difundidos para a América Latina são primeira e principalmente adotados pelas classes dominantes. Por isso eles inferem que estas classes estão alienadas de sua própria realidade e portanto são incapazes de encontrar as soluções adequadas para os problemas de seus países.

Ele, entretanto, acredita que esta lógica é enganosa pois não capta as verdadeiras questões subjacentes: "... se, da perspectiva do ou dos países dominantes, a difusão ideológica opera como um instrumento de ampliação da dominação que eles exercem sobre outros países e áreas, do ponto de vista das classes dominantes do país ou área dominada, sua adoção forma parte da atividade de dominação que estes exercem na ordem interna"¹⁵.

Um tipo semelhante de argumento poderia ser utilizado para explicar a persistência de relacionamentos altamente pessoais ou clientelísticos em cidades latino-americanas. Embora também existam em sociedades altamente avançadas¹⁶, o paternalismo e o clientelismo são especialmente fortes em situações em que os marcos de referência formais não fornecem uma efetiva regulação das relações sociais, sendo mais perceptíveis em sociedades "caracterizadas pela existência de estratos hierarquizados numa gradação de poder econômico e político. Os laços entre patrão e cliente proporcionam assim um canal através do qual indivíduos de estratos baixos obtêm bens valorizados e proteção política, os padrões trocando estes pelo apoio político de seus inferiores com o qual eles podem aumentar sua própria base"¹⁷.

Poder-se-ia sugerir que uma das situações em que o paternalismo e o clientelismo provavelmente serão fortes é a experimentada por sociedades que estão se urbanizando rapidamente e nas quais grandes massas de migrantes rurais se dirigem às cidades, parte deles sendo

¹⁵ Id., *ibid.*, p. 825.

¹⁶ Abercrombie, Nicholas, e Hill, Stephen. "Paternalism and patronage", in *British Journal of Sociology*, vol. 27, n. 4, 1976, p. 416.

¹⁷ La Fontaine, J. S. "Unstructured Social Relations: Patrons and Friends in Three African Societies", in *West African Journal of Sociology and Political Science*, vol. 1, n. 1, 1975, p. 67.

absorvidas em relações capitalistas de produção, o restante tendo que sobreviver no setor informal. Em ambos os casos, a situação com a qual estes migrantes se defrontam e que têm de enfrentar é a de sobreviver e entender as regras de um contexto em que os recursos são muito escassos e a competição é acentuada.

Neste sentido, a situação brasileira é um exemplo esclarecedor de como o paternalismo e o clientelismo podem adaptar-se à dinâmica da sociedade urbano-industrial vivendo lado a lado com relações mais "impessoais" e menos "adscritivas".

Existe uma ampla literatura que mostrou que o clientelismo tem sido um elemento profundamente difundido nas áreas rurais do país, especialmente no passado¹⁸.

À medida que o Brasil começou a se industrializar, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, vários autores assinalaram que apesar da centralização econômica e política e o estabelecimento de um sistema político mais democrático, as relações clientelísticas também podiam ser encontradas nas grandes cidades, sendo observáveis em todas as esferas da vida social das áreas mais avançadas do país. A persistência e a ubiquidade no Brasil daquilo que Hutchinson denominou "the patron-dependant relationship" são bem ilustradas através das atitudes que diferentes classes sociais teriam em relação ao Estado:

Se o Estado é encarado por muitos como o superpatrão, os pobres vão procurar obter dele, através de intermediários influentes, a

¹⁸ Ver, entre outros, Duarte, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo, Editora Nacional, 1939; Leal, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro, Revista Forense, 1948; Faoro, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 1958; Freyre, Gilberto. "The Patriarchal Basis of Brazilian Society", in Maier, J., e Weatheshead, R. (eds.). *Politics of Change in Latin America*. New York, Frederick A. Praeger, 1964; Galjart, Benno. "Class and 'Following' in Rural Brazil", in *América Latina*, ano 7, n. 3, 1964; Queiroz, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969; Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969; Cintra, Antônio Octavio. "A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia", in Balán, Jorge (org.). *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro*. São Paulo, DIFEL, 1974.

provisão direta de um leito num hospital, uma vaga numa escola primária ou o fornecimento de água. Outros buscam um emprego público, e isto é particularmente o campo em que as classes médias esperam receber benefícios através da intervenção de seus benfeitores. No Brasil o serviço público é por tradição um meio de retribuir dívidas pessoais e assegurar dependentes; e se isto parece às vezes ser inconsistente com a eficiência da administração, a última é encarada como uma função secundária, embora é verdade importante, subordinada à primeira¹⁹.

O problema, entretanto, é que o autor citado não conseguiu captar a capacidade adaptativa deste padrão de relacionamento e por conseguinte o interpretou como “um dos mais importantes obstáculos à mudança industrial e agrária no Brasil”²⁰. Esta interpretação está claramente em desacordo com o impressionante crescimento deste país que começou pouco depois que seu artigo foi publicado. A questão realmente importante é, como Flynn assinalou com discernimento, que “o sistema como um todo, apesar da força do clientelismo político, está trabalhando de acordo com os interesses das classes que o controlam”²¹. Talvez se deva acrescentar que o sistema trabalha de acordo com os interesses das classes que o controlam não somente *apesar* do clientelismo mas provavelmente também *por causa* dele, no sentido de que ele se constitui num poderoso mecanismo de controle social na medida em que impede a formação de associações e solidariedade horizontais. O mundo social, assim, se torna uma grande família na qual, é claro, existem membros mais fortes e mais fracos mas que não obstante é apresentada como corpo coeso trabalhando no interesse de todos. Em vez de unir-se com os “irmãos” mais fracos e opor-se aos “pais” poderosos fica implícito que mais pode ser obtido em se buscando a bênção e os favores dos últimos.

¹⁹ Hutchinson, Bertram. “The Patron-Dependant Relationship in Brazil: A Preliminary Examination”, in *Sociologia Ruralis*, vol. 6, n. 1, 1966, p. 21.

²⁰ Id., *ibid.*, p. 23.

²¹ Flynn, Peter. “Class, Clientelism, and Coercion: Some Mechanisms of Internal Dependency and Control”, in *Journal of Commonwealth and Comparative Politics*, vol. 12, n. 2, 1974.

Isto nos traz diretamente à análise do tipo de capitalismo que está sendo desenvolvido no Brasil. Como outros países latino-americanos, o Brasil industrializou-se de um modo diferente da maioria dos países adiantados. Não só nunca ocorreu uma separação radical entre os interesses agrários e os industriais como também o modo de produção capitalista até agora não foi capaz de subordinar inteiramente a si outros modos de produção.

Devido à peculiar aliança de classes do país, que representa um arranjo entre os interesses dos latifundiários e a burguesia industrial (a qual deslocou-se de uma estratégia nacionalista para a atual aliança com o capital estrangeiro), as massas urbanas, para não mencionar as rurais, nunca foram plenamente incorporadas econômica e politicamente no sistema. Assim politicamente as tentativas de democracia liberal que foram empreendidas principalmente de 1946 e 1964 falharam. Houve um movimento pendular entre “aberturas” democráticas e “fechamentos” autoritários. É de se observar que relações clientelísticas existiram em ambas as formas de governar.

Na esfera econômica, embora o capitalismo brasileiro tenha mostrado uma natureza bem dinâmica, ele não é capaz de incorporar ao sistema produtivo toda a população urbana em idade de trabalho. Esta massa de desempregados e subempregados vem a formar a maior parte do assim chamado “setor informal” da economia urbana e existem evidências sugerindo que ele não é composto somente por recém-chegados à cidade mas também por indivíduos há muito tempo pobres e sua subsequente geração²².

É importante frisar que este setor informal é criado pelo próprio processo de desenvolvimento capitalista industrial que também cria o setor formal e que o primeiro não é marginal ao último mas que ambos fazem parte da mesma dinâmica da acumulação de capital.

A recente intensificação da acumulação capitalista, obtida com crescentes investimentos estrangeiros, cria assim uma situação

²² Ver Yap, Lorene. *Internal Migration and Economic Development in Brazil*. Tese de doutorado, Harvard University, 1972; Costa, Manuel Augusto. *Urbanização e Migração Urbana no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975, e Lodder, Celsius A. *Distribuição da Renda nas Áreas Metropolitanas*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976.

peculiar através da qual existe simultaneamente e de um modo inter-relacionado um setor formal e um setor informal compartilhando, lado a lado, o mesmo espaço urbano.

O setor formal, que tende a utilizar técnicas intensivas em capital e capital estrangeiro, está crescentemente voltado para processos de produção modernos e formas de organização mais “racionais” e burocráticas (no sentido weberiano) e relações de produção impessoais.

O setor informal, por seu turno, é intensivo em força de trabalho, usando formas não-capitalistas de produção, e é altamente flexível, estando longe de ser burocrático ou “racional” (de novo no sentido weberiano).

No nível político um processo semelhante está ocorrendo. À medida que a acumulação incentivada pelo capital estrangeiro se desenvolve mais, existe por um lado um impulso em direção à eficiência, procedimentos legais e burocráticos, regras universais, impessoalidade, etc. Isto pode particularmente ser visto em setores vitais do sistema, principalmente no funcionamento de certas áreas de serviço público e de grandes empresas públicas. Os exemplos seriam as impressionantes melhorias no setor de comunicações (correio, telefones, etc.), a competitividade de empresas e fundações públicas, a repressão a algumas formas de corrupção, o aperfeiçoamento do sistema de seleção e promoção no sistema público, o estabelecimento de um eficiente sistema de cobrança de imposto de renda, etc.

Por outro lado, entretanto, modos “informais” de comportamento são encontrados em vários aspectos da vida política, a começar pela constante mudança casuística das regras do processo político a fim de servir os interesses do momento, isto sem mencionar o desrespeito pelos direitos humanos garantidos pela constituição. Outros exemplos poderiam incluir o abuso de poder, a tolerância em relação a certas formas de corrupção, as vastas áreas do serviço público que estão altamente impregnadas de morosidade burocrática que só pode ser vencida através de pistolões ou despachantes, a distribuição de favores e apadrinhamentos políticos, etc.

III

Voltando a examinar as estratégias e perspectivas das classes baixas urbanas no Brasil pode-se sugerir que elas se deparam com pelo menos dois tipos de necessidades. A primeira é a necessidade óbvia e mais crucial de sobreviver fisicamente que abarca aspectos como comida, trabalho e abrigo como seus elementos mais prementes e aspectos como saúde, vestimenta, documentos, educação para os filhos, etc. como elementos subseqüentes.

O segundo tipo de necessidade poderia ser chamado de necessidade de interpretar o contexto social. Ela envolve fazer sentido e entender as regras do meio urbano e suas relações prevaletentes a fim de se organizar e sobreviver culturalmente.

Ambos os tipos de necessidades não são — ao contrário do que se pensa frequentemente — restritos a migrantes mas se referem também aos membros das classes baixas já nascidos em cidades. Elas têm menos a ver com uma origem rural ou uma suposta “cultura da pobreza” do que com a organização econômica, social e política vigente em cidades brasileiras²³ e outras cidades latino-americanas²⁴.

A recente intensificação da acumulação capitalista no Brasil, da qual suas grandes cidades são os centros mais dinâmicos e nas quais suas contradições se tornam mais evidentes, coloca problemas para satisfazer estas duas necessidades com as quais as classes dominadas têm de lidar.

Os diferentes modos de enfrentar estas necessidades que são achados no Brasil são frequentemente rotulados de “problemas urbanos”, como o “problema das favelas”, o “problema do setor informal”, etc. Em realidade eles são “soluções”, ainda que precárias, às situações e problemas com os quais as classes baixas urbanas se

²³ Ver, entre outros, Leeds, Anthony, e Leeds, Elizabeth. “O Brasil e o Mito da Ruralidade Urbana: Experiência Urbana, Trabalho e Valores nas ‘Áreas Invadidas’ do Rio de Janeiro e de Lima”, in *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, e Oliven, Ruben George. *Urbanization and Social Change in Brasil: a case study of Porto Alegre*. Tese de doutorado, Universidade de Londres, 1977.

²⁴ Ver, entre outros, Roberts, Bryan R. *Organizing Strangers. Poor Families in Guatemala City*. Austin, University of Texas Press, 1973.

deparam. Embora estas “soluções” muitas vezes pareçam estar discrepando de modos “racionais” de resolver problemas, em realidade elas são parte integrante da lógica do sistema econômico e social.

Trata-se de um sistema que impõe às classes subalternas soluções para trabalhar, habitar, tratar de saúde, etc, que são frequentemente informais. Seria então estranho esperar que elas usem modos formais de lidar com o dia-a-dia e usem procedimentos “racional-burocráticos” dos quais é muito difícil para elas fazer qualquer sentido e que de qualquer maneira não as levaria a nada.

Por outro lado, entretanto, dado que a sociedade brasileira está crescendo em termos econômicos e que o nível de vida em grandes cidades, por mais baixo que seja, é relativamente mais alto que no campo, os migrantes e os membros das classes baixas são em certa medida trazidos para dentro do sistema e aspiram a isto.

Como este sistema tem que usar crescentemente mecanismos mais eficientes para promover a acumulação de capital mas ao mesmo tempo desenvolve uma massa de pessoas desempregadas ou subempregadas que têm de valer-se de modos informais de sobreviver, esta contradição provavelmente tenderá a se tornar mais acentuada no futuro.

As estratégias usadas pelas classes dominadas para lidar com as situações e problemas com os quais se deparam decorrem, então, das próprias peculiaridades do sistema e se inserem muito bem em sua lógica, como se tentará mostrar a seguir através de vários exemplos extraídos da presente realidade brasileira.

Começando pelo primeiro tipo de necessidades e examinando a questão do trabalho, pode ser notado que ela é enfrentada através de diversas maneiras pelas diferentes classes sociais. Os membros das classes superiores e médias tentarão normalmente obter posições no setor formal do mercado de trabalho. Eles usarão suas próprias credenciais ao procurar obter empregos em instituições privadas ou públicas “modernas” nas quais o recrutamento tende a ser baseado mais em titulação e experiência ou usarão modos mais pessoais de

assegurar empregos em instituições públicas ou privadas “tradicionais” através de métodos como a “panelinha” e o “cabide”²⁵.

Dada a incapacidade da economia de gerar empregos regulares para a maioria da população urbana em idade de trabalho, as classes baixas por seu turno têm de tentar obter ocupações tanto no mercado formal quanto no informal.

O setor formal oferece vantagens como salários relativamente constantes, ocupações de tempo integral, cobertura da assistência social (isto é, acesso a benefícios tais como atendimento médico gratuito, férias pagas, direito de aposentadoria, etc.), regulamentação legal do contrato de trabalho, etc. Entretanto, nem todos conseguem empregos no mercado formal de trabalho e, mesmo para aqueles que conseguem, os salários são frequentemente baixos demais para sustentar uma família. Portanto, outras fontes de trabalho e rendimento são necessárias. Estas são supridas pelo mercado informal onde todo tipo de atividades e biscates são desenvolvidos, desde a pessoa que “toma conta” do automóvel de membros da classe média e alta até as prostitutas que fazem o *trottoir* nas ruas da maioria das cidades latino-americanas.

Este setor informal tem todas as conhecidas desvantagens de variação de rendimentos devido à falta de trabalho regular, ausência de qualquer cobertura por parte da assistência social, falta de amparo legal ou regulamentação do trabalho, etc. Ele tem, entretanto, vantagens como não exigir credenciais oficiais de educação, de ter horas de trabalho flexíveis, de permitir o trabalho “por conta própria” e liberdade de disciplina e autoridade de trabalho, de servir a pessoas que às vezes teriam dificuldade de obter empregos no mercado formal (mulheres, crianças, velhos, os que têm deficiências físicas, etc.) e de permitir ter vários empregos simultaneamente (isto é, trabalhar ao mesmo tempo no setor formal e informal).

Apesar do setor informal parecer se prestar mais facilmente a relações pessoais, o clientelismo pode ser encarado como uma forma de controle social que longe de ser anacrônico também pode ser

²⁵ Ver Leeds, Anthony. “Carreiras Brasileiras e Estrutura Social: Uma História de Caso e um Modelo”, in Leeds, Anthony, e Leeds, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*.

utilizado em outros setores como um eficiente mecanismo de manipulação num país como o Brasil, isto é, uma sociedade capitalista industrializante que é ela própria economicamente dependente de nações metropolitanas.

De fato, formas altamente personalísticas de relacionamento — tais como clientelismo, populismo, sindicatos paternalistas, etc. — foram instrumentos usados bastante eficazmente durante um longo tempo a fim de manipular a classe trabalhadora que foi criada pela industrialização brasileira. Enquanto que em vários países capitalistas adiantados a classe operária obteve gradativamente direitos civis e políticos através de contínuas lutas organizadas, no Brasil tanto a legislação trabalhista quanto a estrutura sindical foram concedidas paternalisticamente às massas de origem rural que formaram o grosso da força de trabalho urbana a partir da década de 1930.

Esta estrutura de sindicatos manipulados pelo Estado operou inclusive no período 1946-64 durante o qual a ideologia das políticas populistas sustentava que existia um interesse comum entre o proletariado urbano, as classes médias e a burguesia industrial. Assim, o Ministério do Trabalho conseguiu manipular eficazmente os sindicatos até 1964 quando um controle muito mais rígido e direto começou a ser exercido sobre eles.

Pesquisas desenvolvidas durante o período 1946-64²⁶ assinalaram invariavelmente o nível relativamente baixo de consciência de classe dos operários industriais e que os sindicatos eram encarados e

²⁶ Ver, entre outros, Cardoso, Fernando Henrique. “Le proletariat brésilien: Situation et comportement social”, in *Sociologie du Travail*, n. 4/61, 1961; Touraine, Alain. “Industrialisation et conscience ouvrière à São Paulo”, in *Sociologie du Travail*, n. 4/61, 1961; Touraine, Alain, e Pécaut, Daniel. “Working-Class Consciousness and Economic Development in Latin America”, in Horowitz, Irving Louis (ed.). *Masses in Latin America*. New York, Oxford University Press, 1970; Lopes, Juarez Rubens Brandão. “O Ajustamento do Trabalhador à Indústria: Mobilidade Social e Motivação”, in *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1964; Id., *Desenvolvimento e Mudança Social; Formação da Sociedade Urbano-Industrial no Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1971; Simão, Azis. “Industrialisation et syndicalisme au Brésil”, in *Sociologie du Travail*, n. 4/61, 1961; Moisés, José A. “Classe Operária e Consciência de Classe no Brasil: Problemática”, in Centre Europe-Tiers Monde (CETIM). *Dépendance et Structure de Classes en Amérique Latine*. Genebra, 1972.

avaliados por eles não tanto como instrumentos políticos para promover seus interesses mas como instituições de assistência social e médica. Estes estudos enfatizaram o comportamento individualista do proletariado urbano caracterizado pela aspiração à mobilidade social através da “independência” econômica.

Não se deve, é claro, pressupor que num país de industrialização relativamente recente como o Brasil a força de trabalho urbana devesse ter um comportamento coletivo e uma consciência de classe que também está faltando na maioria das sociedades altamente adiantadas. Em verdade, alguns autores²⁷ sustentam que a sociedade brasileira é caracterizada por fracas identificações de classe em todos os níveis da estrutura social e os poucos estudos existentes sobre outras classes como as classes médias²⁸ e os empresários industriais²⁹ têm mostrado que também elas carecem de uma clara consciência de classe.

Depois de 1964, com o colapso do pacto populista das classes urbanas que seguiu a crise da ideologia de um desenvolvimento nacional autônomo, os interesses da burguesia tornaram-se mais fortemente associados com o capital estrangeiro. Uma das consequências do aprofundamento da penetração de capital estrangeiro no Brasil é, obviamente, a crescente dependência da burguesia industrial em relação aos interesses estrangeiros e sua incapacidade de governar por si mesma o processo de acumulação de capital.

²⁷ Ver Queiroz, Maria Isaura Pereira de. “Les Classes Sociales dans le Brésil Actuel”, in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, n. 39, 1965.

²⁸ Ver Fausto, Boris. *A Revolução de 1930; Historiografia e História*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1970; Rowland, Robert. “Dependência, Oligarquias e Camadas Médias no Brasil: Notas para uma Interpretação da Revolução de 1930”, in Centre Europe-Tiers Monde (CETIM), *op. cit.*; Saes, Décio. *Classe Moyenne et Système Politique au Brésil*. Tese de doutorado, Universidade de Paris, 1974; Id. *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930)*. Petrópolis, Vozes, 1975.

²⁹ Ver Cardoso, Fernando Henrique. “Tradition et innovation: la mentalité des entrepreneurs de São Paulo”. in *Sociologie du Travail*, n. 3/63, 1963; Id. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, DIFEL, 1964; Martins, Luciano. *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Saga, 1968; Faria; Vilmar E. “Dependência e Ideologia Empresarial”, in *Revista Latinoamericana de Ciencia Política*, vol. 2, n. 1, 1971.

Entretanto, um efeito talvez menos perceptível da internalização do capital estrangeiro no Brasil é o de que sua exigência de uma maior eficiência está causando — principalmente através da influência do Estado — uma “modernização” da produção e de alguns serviços públicos, isto é, ela está gradualmente impondo modos mais “eficientes” e menos pessoais de operar nestes dois níveis. Poder-se-ia então talvez argumentar que hoje em dia a maioria das empresas privadas e públicas do Brasil apresentam uma combinação de relacionamentos e modos de agir tanto pessoais como impessoais.

Os modos de agir a fim de enfrentar um tipo diferente de necessidade, ou seja, a de abrigo, mostram que no Brasil a habitação é uma área fortemente permeada por redes de relações formais e informais envolvendo estratégias que se baseiam intensamente em manipulação. Os vários tipos de manipulação que são encontrados sob formas diversas nas estratégias usadas por diferentes estratos sociais a fim de resolver seu problema habitacional refletem as peculiaridades e limitações da ordem social vigente.

À primeira vista a solução formal seria representada pelo mercado imobiliário de venda e aluguel e a solução informal por optar por favelas. É entretanto importante examinar a questão habitacional com maior profundidade a fim de ter um quadro mais claro de como os diferentes grupos sociais agem.

O BNH, que foi criado em 1964 com a finalidade de “orientar, disciplinar e controlar o Sistema Financeiro de Habitação” a fim de “promover a construção e a aquisição da casa própria especialmente pelas classes de menor renda”³⁰, rapidamente se viu às voltas com o problema de que, tendo se tornado o segundo maior banco brasileiro em volume de recursos, descobriu que as classes baixas urbanas eram pobres demais ou não tinham interesse em comprar as casas que o banco estava oferecendo. O resultado foi, de acordo com o relatório anual de 1970 do BNH, que “os recursos utilizados pelo Sistema Financeiro de Habitação foram suficientes para atender a 24% da

demanda populacional (urbana)”³¹. Em outras palavras, o déficit habitacional existente cresceu em 76%.

Além de criar o sonho da casa própria entre as classes baixas e médias, o BNH também pretendia estimular a indústria da construção e suas subsidiárias. É importante, entretanto, lembrar que a estrutura legal de posse do solo urbano, que é altamente favorável à especulação imobiliária, nunca foi alterada.

Na prática, todo o Sistema Nacional de Habitação foi enormemente distorcido e se presta a uma série de manobras e manipulações. Por um lado a indústria da construção civil fez grandes lucros construindo conjuntos habitacionais para favelados. Vários despejos foram realizados mas um número muito grande de favelados não quer se mudar para os novos conjuntos habitacionais. Isto ocorre não somente porque eles não podem pagar as prestações mas também porque, enquanto as favelas estão geralmente próximas ao mercado informal de trabalho e suficientemente perto das classes médias e altas que utilizam seus serviços, os novos conjuntos habitacionais são geralmente por demais afastados.

Os favelados frequentemente conseguem operar o sistema a seu favor ao tirar o maior proveito das remoções para os conjuntos habitacionais, usando métodos como o “passe” de seus contratos de compra para famílias de classe média baixa e depois tentando retornar à favela. Estudos detalhados mostraram que quando os favelados foram despejados e removidos, uma rede de mecanismos informais funcionou durante a operação tanto na favela como no novo conjunto habitacional, refletindo “uma manipulação recíproca entre as pessoas atingidas pela remoção e o pequeno burocrata”³².

Por outro lado, o sistema de habitação está se voltando cada vez mais para subsidiar moradias para pessoas de renda média e alta. Isto é feito com o dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

³⁰ Lei n. 4.380 de 21-8-1964.

³¹ Apud Bolaffi, Gabriel. A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação. Caderno CEBRAP, n. 27, 1977, p. 51-52.

³² Valladares, Lícia do Prado. “Favela, Política e Conjunto Residencial”, in *Dados*, n. 12, 1976, p. 85. Ver também seu livro *Passa-se uma Casa. Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

depositado no BNH em nome da classe trabalhadora, que perdeu aliás através deste sistema a estabilidade no emprego³³.

O sistema de habitação tem sido distorcido de tal modo que de acordo com Blay “o mecanismo posto em marcha pelo BNH conseguiu realmente retardar a solução do problema habitacional brasileiro: vende uma utopia, evita a redistribuição da renda e desvia a direção da tensão social dos verdadeiros problemas subjacentes ao problema habitacional”³⁴.

Examinando-se os modos como as necessidades de saúde são tratadas pode-se ver como as soluções formais e informais se entrelaçam. Embora a área de saúde esteja obviamente relacionada com que foi aqui chamado de necessidade de sobrevivência física, ela também abarca um forte elemento de necessidade de compreender o que está ocorrendo, no sentido de que um doente e sua família precisam elaborar uma explicação das causas, resultados e soluções da doença.

Um brasileiro de classe média ou alta normalmente enfrenta a doença indo em primeira instância a um médico particular, que lhe cobrará um preço bastante alto por uma consulta. Se algum tratamento mais caro é requerido (hospitalização, etc.) ele provavelmente tentará consegui-lo gratuitamente através do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), mas ainda procurando manter seu médico particular que possivelmente também trabalha para aquela instituição e que cuidará dele lá. Uma estratégia alternativa mas não muito diferente é naturalmente associar-se a instituições de assistência médica privada.

A situação das classes baixas é diferente. Se a pessoa em questão é um contribuinte do INPS ela tem direito à assistência médica gratuita, inclusive hospitalização — esta, porém, em segunda classe. A quantidade de burocracia e filas envolvidas em conseguir uma

³³ Ver Reynolds, Clark W., e Carpenter, Robert T. “Housing Finance in Brazil: Towards a New Distribution of Wealth”, in Cornelius, Wayne A., e Trueblood, Felicity M. (eds.). *Latin American Urban Research*, vol. 5 (*Urbanization and Inequality: The Political Economy of Urban and Rural Development in Latin America*). Beverly Hills, Sage, 1975.

³⁴ Blay, Eva Alterman. “Habitação: a política e o habitante”, in *A Luta pelo Espaço*. Petrópolis, Vozes, 1978, p. 86.

consulta é, entretanto, tão grande que somente pessoas sem recursos estão dispostas a passar por isto. Considerando, entretanto, que no campo a assistência médica é exercida em precárias condições e que os serviços prestados pelo INAMPS estão lentamente melhorando, estes são ganhos positivos para uma pessoa pobre, mesmo que ela tenha depois que enfrentar o problema de que os remédios não são distribuídos gratuitamente.

Se, entretanto, o doente não pertence ao setor formal e assim não tem direito a atendimento médico gratuito ele poderia lançar mão de três diferentes soluções “informais”: a) tentar achar um benfeitor que lhe consiga tratamento gratuito ou pague por ele (esta era a situação das empregadas domésticas antes de elas serem vinculadas ao INAMPS, quando o patrão tinha uma obrigação moral de ajudá-las em caso de doença); b) tentar instituições de caridade como as Santas Casas de Misericórdia; c) ir a curandeiros. Considerando que um grande número de doenças tem causas emocionais e que várias desaparecem por si mesmas, a última estratégia pode ser bastante eficiente. O fato de Arigó, o curandeiro de Minas Gerais, depois de condenado pelo processo que a Associação Médica lhe moveu, ter sido perdoado pelo Presidente Kubitschek, ele também mineiro e médico, é bastante significativo neste sentido.

Deixando a área de saúde de lado, é interessante assinalar que o futebol e a música popular são frequentemente considerados “remédios”, embora de uma natureza alienada do tipo “pão e circo”, que as classes dominadas usam a fim de lidar com a vida cotidiana. O que quer que sejam, no Brasil o futebol e a música popular constituem duas manifestações culturais extremamente poderosas que, embora originando entre as massas, atravessam divisões sociais e podem portanto ser usadas como eficientes forças de mobilização³⁵.

Apesar de ser um esporte extremamente popular, que pode ser jogado na rua, no nível profissional o futebol envolve grandes somas de dinheiro para o pagamento de jogadores, técnicos e auxiliares, construção de estádios, compra de novos jogadores, etc. É natural portanto que o futebol também inclua um considerável grau de

³⁵ Flynn, Peter. “Sambas, Soccer and Nationalism”, in *New Society*, n. 464, 19-8-1971.

clientelismo que envolve políticos e padrinhos e outras pessoas dos quais os cartolas são talvez as personagens mais conhecidas.

O fato de alguns dos jogadores profissionais de futebol serem extremamente bem remunerados faz com que o futebol, do mesmo modo como a música popular, represente o sonho dourado de muitos membros das classes baixas ascenderem socialmente.

Este sonho é claramente simbolizado pela figura do “Rei” Pelé que foi transformado em símbolo de oportunidade racial e mobilidade social. Neste sentido o “bom comportamento” político de Pelé, isto é, o fato de ele jamais ter usado seu imenso prestígio pessoal para criticar as injustiças sociais existentes no Brasil, é parte importante de seu uso como símbolo ideológico. Isto explica também as reações contrárias que são despertadas nas cúpulas da Confederação Brasileira de Desportos quando um jogador faz declarações políticas de cunho crítico a órgãos de imprensa.

O fato de o futebol ser popular entre todas as classes sociais significa que ele pode facilmente ser utilizado como um poderoso símbolo de unidade nacional e coesão social. Isto ficou claro com o modo pelo qual a vitória brasileira no campeonato mundial de 1970 foi utilizada pelo governo para associá-la com o “milagre econômico”, o que ficou consubstanciado na célebre frase do General Médici: “Ninguém segura este País!” A canção “Pra Frente Brasil” que teve o mesmo tipo de finalidade de associar a vitória futebolística com o progresso econômico do país nos leva à análise da música popular e do carnaval como expressões culturais relacionadas com a necessidade de interpretar a vida cotidiana e seu contexto social.

Como o futebol, o samba e o carnaval (que estão indissociavelmente associados) atravessam linhas e barreiras sociais no Brasil. Também o carnaval se presta a ser manipulado e controlado pelas diversas agências oficiais interessadas em transformá-lo em uma atração turística, bem como pelos políticos que distribuem as verbas e os prêmios. O fato de que desde a década de 1930 o enredo de cada escola de samba que participa no desfile de carnaval tem de estar ligado à História do Brasil transforma o desfile

num poderoso mecanismo para disseminar um sentimento de união e uma mitologia nacional³⁶.

Mais importante talvez do que o patrocínio exercido sobre as escolas de samba são os aspectos simbólicos que o carnaval opera. Numa análise estrutural do carnaval brasileiro, Da Matta assinalou com discernimento que ele é essencialmente um rito de passagem através do qual a vida cotidiana é simbolicamente invertida ou neutralizada e as diferenças sociais são supostamente apagadas, ajudando assim a formar uma ideologia de encontro e comunhão.

Através dos dois principais mecanismos utilizados para atingir este fim — as fantasias e a mudança do comportamento e atitudes normais — “a inversão do Carnaval procura desfazer ritualmente as segmentações de classe, já que a consciência das discontinuidades sociais é um dado flagrante do cotidiano brasileiro”. O mesmo autor, entretanto, advertiu corretamente que

... seria ingênuo supor que o Carnaval apenas neutraliza e inverte as oposições e posições sociais do cotidiano, abolindo suas dimensões de contraste. Na realidade, as inversões do Carnaval — precisamente pelo fato de permitirem o aparecimento aberto de comportamentos e fantasias abusivas à moralidade diária — terminam por provocar a confiança na ordem³⁷.

Uma inversão igualmente simbólica da realidade social é desempenhada pelas religiões populares. Religião pertence, é claro, tipicamente ao que foi aqui chamado de necessidade de interpretar o contexto social. Tanto religião como família são duas áreas que na América Latina têm tendido a refutar as proposições que parte da literatura sobre urbanização³⁸ sugeriu como consequência da vida urbana.

Com relação à família existe ampla evidência mostrando que em cidades latino-americanas a rede familiar ainda desempenha

³⁶ Id., *ibid.*, p. 328.

³⁷ Da Matta, Roberto. “O Carnaval como um Rito de Passagem”, in *Ensaios de Antropologia Estrutural*. Petrópolis, Vozes, 1973, p. 160 e 165.

³⁸ Estou me referindo a autores como Park, Wirth e Redfield, analisados no capítulo I deste livro.

importantes funções tanto para migrantes como para não-migrantes³⁹, embora poucos dados comparativos sejam disponíveis sobre mudanças nos papéis dos membros de famílias de diferentes classes sociais urbanas contemporâneas.

Semelhantemente, no que diz respeito à religião, a secularização que foi frequentemente sugerida como uma consequência inevitável da urbanização⁴⁰ é um processo muito mais complexo do que parece à primeira vista. A inserção de populações em relações capitalistas provavelmente tenderá a causar mudanças religiosas mas estas mudanças não necessariamente significam secularização, nem existe uma relação linear entre este processo e urbanização.

Em relação ao Brasil, diversos autores sugeriram que sua recente intensificação do desenvolvimento capitalista está causando um declínio gradual do catolicismo de *folk* entre sua população urbana⁴¹. Estudos detalhados seriam naturalmente necessários para determinar como este processo está afetando diferentes classes sociais. Na sua ausência poder-se-ia sugerir que, uma vez que formas populares de Catolicismo têm menos a ver com sua localização rural do que com o fato de que elas são um fenômeno essencialmente de classe baixa, não existe razão para acreditar que os estratos baixos estejam se tornando tão secularizados como os médios e altos supostamente são.

A suposição de que as clivagens religiosas seguem mais as linhas de classe do que as rurais-urbanas é realçada pelo recente impressionante crescimento de formas não-católicas e altamente devotos de religião popular entre os segmentos mais pobres de grandes cidades brasileiras.

Analisando a forma e conteúdo das ideologias operadas pela Umbanda e pelo Pentecostalismo, Fry e Howe⁴² sugeriram que

³⁹ Ver Carlos, Manuel L., e Sellers, Lois. "Family, Kinship Structure, and Modernization in Latin America", in *Latin American Research Review*, vol. 7, n. 2, 1972.

⁴⁰ Ver Redfield, Robert. *The Folk: Culture of Yucatan*. Chicago, Chicago University Press, 1941.

⁴¹ Camargo, Cândido Procópio F. de. "Religious despair gives way to hope", in *The Times*, Suplemento especial sobre o Brasil, 3-5-1976, p. XV.

⁴² Fry, Peter, e Howe, Gary Nigel. "Duas Respostas à Aflição: Umbanda e Pentecostalismo", in *Debate e Crítica*, n. 6, 1975.

ambas constituem respostas à aflição decorrente das situações com que as classes baixas urbanas têm que lidar. Estas religiões são interpretadas por estes autores como estratégias sociais utilizadas a fim de lidar com as mudanças que a população urbana pobre tem de enfrentar. Estas estratégias não são, entretanto, restritas a migrantes mas são utilizadas pelas classes baixas em geral e talvez também por outras classes sociais que se deparam com problemas semelhantes⁴³.

A adesão das massas urbanas à Umbanda e ao Pentecostalismo teria que ser explicada em termos de exposição às relações capitalistas de produção vigentes em cidades. É compreensível que pessoas que não podem recorrer aos relacionamentos familiares existentes no campo entre camponês ou trabalhador e seu patrão (as quais embora extremamente exploradoras pelo menos proporcionam um tipo mais pessoal de contato e algum tipo de "proteção") busquem substitutos em cidades onde as relações capitalistas de trabalho deixam menos margem para contatos pessoais e nas quais os empregadores não têm obrigações morais em relação a seus empregados.

É por isto que estes movimentos religiosos populares têm coisas significativas para oferecer a seus adeptos :

Pentecostalismo e Umbanda são religiões de massa importantes no Brasil. Para certos setores da população elas têm funções sociais e psicológicas significantes. Por exemplo, elas não só satisfazem aspirações em relação a uma visão espiritual e mágica do mundo mas também fornecem ao crente uma orientação definitiva em relação a sua conduta, assim proporcionando apoio emocional. (...) Eles são vítimas sujeitas a um sistema econômico e social que os oprime e que não é compreendido por aqueles que o operam (...) ⁴⁴.

Poder-se-ia então sugerir que a secularização é um processo seletivo em cidades brasileiras, estando diretamente relacionada à posição na estrutura social. Ela provavelmente terá um efeito mais forte nas classes média e alta, que são capazes de fazer mais sentido

⁴³ Ver Brown, Diana. "O Papel Histórico da Classe Média na Umbanda", in *Religião e Sociedade*, n. 1, 1977, e Ortiz, Renato. *A Morte Branca do Feiticeiro Negro*. Petrópolis, Vozes, 1978.

⁴⁴ Camargo. *Cit.*, p. XV.

da lógica da ordem social e econômica. Entretanto, as classes baixas, não tendo nenhuma alternativa senão submeterem-se às regras do jogo econômico que crescentemente os empurra para formas mais duras de exploração, recorrem a práticas e crenças religiosas as quais, por produzirem o que Willems⁴⁵ chamou de “subversão simbólica” da ordem social, proporcionam algum consolo para sua situação e uma compensação vicária para a perda de seus valores tradicionais.

Uma forma mais violenta, embora individualista, de subversão da ordem social é expressa pelo comportamento desviante representado pela violência urbana. Existem poucos dados sobre isto mas há indícios que sugerem que nos últimos anos ocorreu um acentuado aumento no número de assaltos, roubos à mão armada, etc, na maioria das cidades brasileiras, envolvendo frequentemente bandos de adolescentes pobres.

Estes “marginais” (termo que no Brasil designa criminosos de classe baixa), que de certa maneira são um subproduto do processo selvagem de acumulação de capital do país, recorrem a modos não-ortodoxos para obter seu quinhão da riqueza que existe lado a lado com a espantosa pobreza em qualquer cidade brasileira.

Neste sentido, o conto “Feliz Ano Novo” de Rubem Fonseca⁴⁶ constitui uma brilhante análise da distância e o conflito entre estes “dois mundos” da cidade brasileira, cujos membros se encontram através de um assalto praticado por “marginais” num *réveillon* num bairro de classe alta do Rio de Janeiro. Não surpreende que o livro de Rubem Fonseca que contém este e outros contos tenha sido proibido pela censura brasileira.

Recorrer ao crime é naturalmente uma reação praticada por uma minoria. A maioria da população urbana brasileira tem de agir nos limites das e chegar a um convívio com as regras vigentes. Isto coloca a questão sobre até que ponto a cultura dominante é compartilhada pelas diferentes classes sociais brasileiras.

⁴⁵ Willems, Emilio. “Religious Pluralism and Class Structure: Brazil and Chile”, in Roberts. Roland (ed.). *Sociology of Religion*. Harmondsworth, Penguin, 1972.

⁴⁶ Fonseca, Rubem. *Feliz Ano Novo*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

Alguns estudiosos da sociedade brasileira⁴⁷ mantêm que suas partes urbanas estão se tornando mais homogêneas. Embora provavelmente haja uma tendência geral dos setores urbanos da sociedade brasileira se tornarem culturalmente semelhantes, este processo afeta diferentes classes sociais de diversos modos. Poder-se-ia sugerir que estão ocorrendo dois processos simultâneos e complementares em cidades brasileiras.

Por um lado, a intensificação da acumulação capitalista industrial — processo que está no bojo da urbanização brasileira das últimas décadas — tende a homogeneizar todas as classes sociais naqueles áreas que estão mais próximas a atividades econômicas e interesses instrumentais e/ou mais fortemente sujeitas a influências ideológicas.

Por outro lado, entretanto, dado que esta mesma intensificação da acumulação capitalista diferencia os habitantes de cidades brasileiras de um modo essencialmente desigual e assimétrico, existe uma tendência oposta em direção à heterogeneidade das classes sociais, não só em termos econômicos mas também naquelas áreas nas quais as classes baixas podem oferecer mais efetivamente resistência à difusão de orientações culturais padronizadas.

Os resultados de uma pesquisa realizada em Porto Alegre⁴⁸ sugerem que os membros de diferentes estratos sociais (a grande maioria dos quais passaram a maior parte de suas vidas em grandes cidades) têm práticas e orientações semelhantes em áreas que envolvem dimensões de vida instrumentais (tais como trabalho) como também em aspectos mais fortemente sujeitos a influências ideológicas (tais como educação e questões políticas genéricas). Eles, entretanto, têm diferentes práticas e orientações em áreas que envolvem dimensões de vida mais pessoais (tais como família, religião e vida associativa) e em aspectos que têm consequências e significados diversos de acordo com a posição social (tais como questões políticas específicas).

O fato de que a grande maioria das pessoas estudadas passou a maior parte de suas vidas em grandes cidades é revelador, no sentido

⁴⁷ Ver, a este respeito, os capítulos IV e V deste livro.

⁴⁸ Ver o capítulo V deste livro.

de que sugere que as diferenças que as classes baixas apresentam não podem ser atribuídas a serem seus membros recém-chegados ao cenário urbano.

Estes dados apóiam a hipótese de que os vários estratos da população urbana brasileira não apresentam uma homogeneização cultural que se distribui uniformemente por todas as áreas de envolvimento social. Por trás daquilo que é considerado, de uma forma não-questionada, uma uniforme cultura de massa urbana, muitas diferenças se escondem. Especificamente em relação às classes baixas poder-se-ia sugerir que existe um processo dialético pelo qual elas simultaneamente compartilham traços da cultura dominante e apresentam elementos que não pertencem a esta cultura. Assim, enquanto as classes altas das cidades brasileiras se identificam mais prontamente com os valores e costumes dominantes, as classes baixas desenvolvem mecanismos adaptativos que lhes permitem lidar com as relações capitalistas de produção e ao mesmo tempo manter sua identidade.

Quando se comparam diferentes camadas sociais de uma grande cidade brasileira, as quais estão todas estabelecidas há tempo nela, elas ainda apresentam pronunciadas diferenças culturais (sem falar das econômicas) apesar do fato de todas elas terem estado expostas à vida urbana. Isto sugere não somente que categorias como rural *versus* urbano são enganosas quando aplicadas a processos que estão ocorrendo em cidades latino-americanas mas também que estes processos constituem um rico e praticamente inexplorado campo de investigação social. O desenvolvimento destes estudos poderia permitir uma melhor compreensão da cidade como o lugar onde as contradições da acumulação capitalista são mais dramaticamente refletidas na América Latina.

Isto naturalmente não é restrito a cidades latino-americanas. Em sociedades em que existem diferenças sociais e econômicas, elas são quase sempre também manifestadas no nível cultural, como estudos em sociedades capitalistas avançadas mostraram. Mas em países menos desenvolvidos, nas quais as diferenças sociais e econômicas são muito mais pronunciadas, este processo é menos sutil e mais acentuado.

Do mesmo modo que uma sociedade capitalista tem de se reproduzir biológica e economicamente, ela também tem de se reproduzir no nível cultural e ideológico. Ela vai então tolerar diferenças nas áreas que não são centrais à produção e ao poder mas tenderá a impor sua ideologia e hegemonia em áreas que são mais cruciais a sua sobrevivência.

Cabe ao futuro mostrar se num país com crescentes desigualdades sociais e econômicas como o Brasil um maior grau de homogeneização cultural vai ou não ocorrer.